

DIREITO PROCESSUAL PENAL II – DPN

Competência técnica: Legislação aplicada à área
Conhecimentos relacionados: Direito Processual Penal

Objetivo Geral

Proporcionar aos participantes a apreensão dos conceitos necessários ao exercício das suas funções.

Objetivos Específicos

- Descrever os procedimentos da fase pré-processual: A Investigação Criminal.
- Distinguir as características e as fases do inquérito e da ação penal.
- Nomear e definir os papéis dos sujeitos processuais.

Metodologia e Recursos

Aula expositiva, explanação de textos legais e estudo de casos.

Conteúdo Programático

- Investigação Penal:
 - Conceito;
 - Características;
 - Inquérito:
 - Com ou sem prisão em flagrante. Direitos do indiciado;
 - Termo circunstanciado;
 - Prisão provisória;
 - Questões relativas à incomunicabilidade do indiciado preso.
- Conclusão do inquérito.
 - Formalidades;
 - Investigação extra policial (art. 144, §1º, IV da Constituição federal);
 - Arquivamento:
 - Explícito e implícito;
 - Desarquivamento;
 - Trancamento do inquérito policial.
- Ação Penal;
 - Ius Puniendi em abstrato, em concreto;
 - Fundamento constitucional da ação penal (art. 5º, XXXV e LIV da CF);
 - Artigo 98, I da CF, Lei 9.099/95 e ação penal;
 - Conceito de ação penal:
 - Autonomia;
 - Condições da ação;
 - Justa causa;
 - Aspectos constitucionais;
 - Classificação subjetiva da ação penal;
 - Ação penal pública:
 - Condicionada à representação;
 - Requisição do Ministro da Justiça incondicionada;

- Ação penal privada.
- Ação penal pública incondicionada e condicionada:
 - Princípios;
 - Legalidade ou obrigatoriedade:
 - Juizados Especiais;
 - Indisponibilidade;
 - Oficialidade;
 - Intranscendência;
 - Indivisibilidade;
 - Denúncia.
- Ação penal pública condicionada à representação:
 - Natureza jurídica e conteúdo da representação, prazo;
 - Ofendido menor de 18 anos;
 - Curador especial:
 - Colidência de interesses;
 - Morte do ofendido;
 - Retratação da representação e retratação da retratação;
 - Eficácia objetiva da representação;
 - Ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça:
 - natureza jurídica, conteúdo político.
- Ação penal privada:
 - Ius puniendi e ius persecuendi, princípios;
 - Oportunidade e conveniência (decadência e renúncia);
 - Disponibilidade:
 - Perdão do ofendido e preempção;
 - Indivisibilidade e exceções;
 - O MP e o aditamento à queixa;
 - A sucessão processual;
 - Ação penal privada personalíssima:
 - Impossibilidade de sucessão, extinção da punibilidade;
 - Ofendido menor: decadência e perdão.
 - Ação penal nos crimes contra honra;
 - Peculiaridades da Lei 9.099/95;
 - Ação penal privada subsidiária da pública:
 - Aditamento da queixa pelo MP;
 - Ação civil ex delicto;
 - O MP e a DP (CPP art. 68);
 - Sujeitos Processuais e auxiliares da justiça;
 - Juiz;
 - Conciliadores do Juízo;
 - Ministério Público;
 - Assistentes;
 - Acusado e defensor;
 - Curador.

Avaliação

Verificação de aprendizagem escrita aplicada no final do curso.

Bibliografia:

Atualização: 16/04/2015	Revisão: 03
-------------------------	-------------

- Constituição da República Federativa do Brasil atualizada.
- Código de Processo Penal atualizado.
- LOPES JR, Aury, *Direito Processual Penal*, 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- NUCCI, Guilherme de Souza, *Manual de Processo Penal e Execução Penal*, 10ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

Carga horária:

15 horas